



## OS SÚDITOS DO EIXO E A EMPRESA THE RIOGRANDENSE LIGHT & POWER: O CASO DE CARLOS JEISMANN

Tamires Xavier Soares<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho tem como proposta, analisar juntamente o processo trabalhista que Carlos Jeismann moveu contra empresa The Riograndense Light and Power (Light), e a entrevista oral feita com Lori Jeismann, filha de Carlos. Carlos migrou para o Brasil no início da década de 40, desembarcando no porto de Rio Grande, e se estabelecendo na cidade de Pelotas. Em Pelotas, Carlos conheceu sua futura esposa Catonina, e conseguiu emprego na empresa Light, porém com o início da II Guerra Mundial, os alemães e seus descendentes, enfrentaram vários tipos de violência: suas casas foram evadidas, suas lojas tiveram as fachadas destruídas, funcionários foram demitidos por sua etnia, etc. Todavia, é sobre esse último tipo de violência, que esse trabalho irá tratar. No dia 18/12/1942, Carlos Jeismann juntamente com outros funcionários alemães e italianos, foi demitido por motivo de força maior, entretanto, todos gozavam de estabilidade. Deste modo, Carlos e seus colegas, recorreram a Justiça do Trabalho, requerendo seus direitos. Em 2013 ao tomar conhecimento do processo, procurei a família Jeismann, foi a partir desta busca que encontrei a filha de Carlos, atualmente com 75 anos, na entrevista Lori narra as lembranças que tem de seu pai e sua família durante a década de 1940, sendo essas lembranças um tipo de *memória por tabela*.

A empresa The Riograndense Light and Power, mais conhecida apenas como Light, quando se instalou na cidade de Pelotas em 1914 era financiada por capital inglês, porém em 1929 foi adquirida pelo grupo norte-americano, AMFORP.<sup>2</sup> A The Riograndense Light & Power competia o abastecimento de energia elétrica da cidade, e também o transporte público, realizado através de bondes elétricos.

O quadro de funcionários contava com várias profissões, tais como secretárias, engenheiros, mecânicos, motorneiros, fiscais, entregadores de conta, carbonistas, eletecistas. Durante a década de 1930 e 1940, entre os funcionários chefes da Light estavam oito alemães e um italiano, todos demitidos em dezembro de 1941, momento em que todos os nove já haviam adquirido a estabilidade, de acordo com legislação trabalhista então vigente<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUC/RS, Bolsista CNPq, E-mail: tamiresxavier@outlook.com

<sup>2</sup> American & Foreign Power Company.

<sup>3</sup> Lei 62, de 1935.



Um funcionário adquiria estabilidade após dez anos de serviços ininterruptos na mesma empresa. Uma vez adquirido tal direito, só poderia ser demitido após a abertura de um inquérito administrativo, para apuração de falta grave ou força maior. No caso, a empresa norte-americana despediu os estrangeiros de forma abrupta, sem abertura de processo administrativo, alegando que as demissões ocorreram por motivo de força maior, tendo em vista o contexto mundial no ano de 1941.

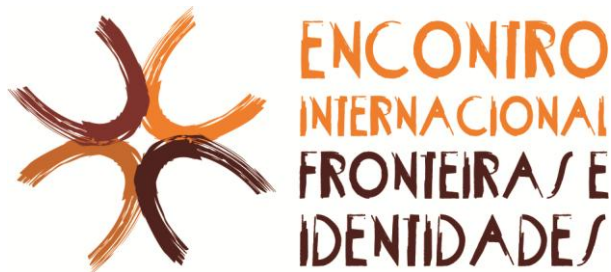
Os nove funcionários, cientes de seus direitos, abriram um processo trabalhista contra a empresa Light, pleiteando a reintegração em suas funções, e o pagamento dos salários que haviam deixado de receber por terem sido detimidos de forma injusta. Entre os funcionários demitidos, estava Carlos Jeismann, pai de Lori Jeismann, entrevistada pela autora deste trabalho.

Mas antes de analisarmos a entrevista, convém entender o contexto histórico em que as demissões ocorreram.

Os imigrantes alemães sempre foram vistos com certa desconfiança pela população brasileira e gaúcha. Segundo René Gertz,

[...] a existência de uma ideologia e de um discurso do “perigo alemão” estava difundida entre uma parte muito significativa da população rio-grandense (e brasileira) praticamente desde que os primeiros alemães chegaram ao estado, em 1824. Mas um primeiro ponto alto que na tentativa de combater esse “perigo” foi atingido nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, durante a qual houve muitos atentados contra integrantes desse grupo e depredações de suas propriedades (GERTZ, 2005, p. 155).

Após a Primeira Guerra Mundial, o discurso do “perigo alemão” perdeu força no Rio Grande do Sul em vista da situação precária em que a Alemanha se encontrava no pós-guerra. Entretanto, com a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha, e o desencadeamento de uma campanha de nacionalização, no Brasil, da qual a criação do Conselho de Imigração, em 1938, foi um reflexo, levou o governo federal a observar com mais atenção os núcleos coloniais. Conforme Endrica Geraldo, com o advento da Segunda Guerra Mundial houve uma mudança significativa de percepção, por parte do Conselho de Imigração sobre esses núcleos colônias e os imigrantes:



[...] houve uma mudança fundamental na percepção que o conselho e muitos membros do governo tinham sobre os imigrantes. Antes mesmo de o governo Vargas abandonar a posição de neutralidade em relação ao conflito, os “súditos do Eixo” que viviam no Brasil ganharam uma grande visibilidade, e as discussões sobre os núcleos coloniais incorporaram temores e estereótipos do conflito bélico (GERALDO, 2008, p. 184).

Com o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães em 1942, o ódio aos imigrantes “súditos do Eixo” foi manifestado pela população de diversas formas, sendo uma delas a depredação do patrimônio de imigrantes alemães, italianos e japoneses. Após os afundamentos dos navios, o delegado do MTCI<sup>4</sup>, em carta aos sindicatos do estado do Rio Grande de Sul, e principalmente para aos sindicatos de Porto Alegre, fez o seguinte apelo: “[...] que não cometessem atos de depredação em estabelecimentos dos nacionais daqueles países. Entendia que o movimento era de indignação contra as agressões sofridas pelo país, mas a população deveria manter íntegros os patrimônios daqueles súditos, porque eram ‘bens da Nação’” (KONRAD, 2010, p. 583).

Em Pelotas, após as notícias sobre os ataques sofridos pelos navios brasileiros, a população saiu às ruas, causando grande clima de tensão.

As manifestações já iniciaram neste dia, como podemos ver no jornal do dia 18 de Agosto, onde apedrejamento de dois hotéis é visto como um ato patriótico. As manifestações seguiram na manhã do dia 19 de Agosto, quando os estudantes do Colégio Gonzaga saíram em passeata, tendo na Igreja São João um alvo para ser apedrejado, pois esta era uma comunidade luterana (ROCHA, 2002, p. 18).

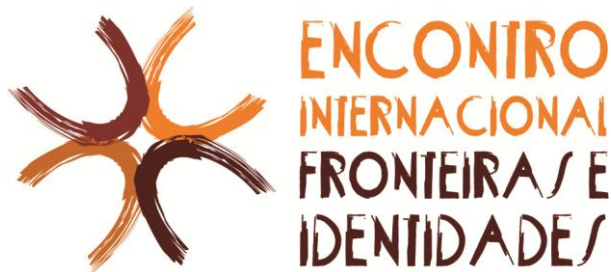
A pesquisa de José Fachel 2002 sobre a violência contra os alemães e seus descendentes na região de Pelotas e São Lourenço do Sul também nos ajuda a entender o clima tenso em que aquela cidade se encontrava após a notícia sobre os acontecimentos com os navios de bandeira brasileira. Em sua tese, Fachel cita alguns casos de depredação do patrimônio e violência física por parte da população pelotense contra os imigrantes alemães e seus descendentes.

Entendo esses episódios violentos como violência étnica, uma vez que as pessoas que sofreram tais violências faziam parte de um grupo étnico<sup>5</sup>. No entanto, a violência étnica

---

<sup>4</sup> Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria.

<sup>5</sup> Compreendo grupo étnico de forma organizacional, conforme Fredrik Barth: “Concentrando-nos naquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social. [...]. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional” (BARTH, 1998, p. 193-194).



também ocorria no ambiente fabril, demissões de funcionários provenientes das nações eixistas eram realizadas de forma repentina, e em alguns casos, como o analisado nesse trabalho, as demissões ocorriam sem serem consideradas as leis trabalhistas.

Abaixo, citaremos um trecho do processo trabalhista citado anteriormente, para exemplificar o tipo de argumento utilizado pela empresa The Riograndense Light and Power para se defender da acusação de demissões sem justa causa.

Os suplicantes são súditos daquelas nações agressoras e estas, por suas vezes, têm caracterizado a sua atuação hostil por métodos de infiltração, agindo sub-repticiamente, num verdadeiro trabalho de sapa, exercido, como tal, com sutileza e socapa, dentro de todas as fronteiras que não constituam o seu habitat próprio, da raça germânica, dita ariana pura. Métodos esses, em certo sentido, inéditos e contra os quais nenhuma das nações estava preparada, porque a sua mentalidade não é afim a essa de insídias e de traição, sem entranhas e sem escrúpulos (PROCESSO 213-B, 1942, p. 28).

Portanto, o argumento citado deixa claro que o motivo das demissões foi a etnia dos funcionários, e durante todas as audiências a reclamada atribuía, em seus argumentos, características pejorativas a essa etnia dos funcionários demitidos. Desta forma, o teor do argumento despertou um interesse para compreendermos melhor quem eram esses alemães e italianos demitidos pela empresa norte-americana.

A partir deste interesse, iniciamos uma busca por contatos com familiares desses imigrantes. E nessa busca, encontramos a filha de Carlos Jeismann, Lori Jeismann. Lori nos concedeu uma entrevista em sua casa, na cidade de Rio Grande. Deve-se salientar que as lembranças narradas por Lori fazem parte de uma *memória herdada*, conforme explica Michael Pollak.

Pollak (1992), ao explicar os elementos que constituem a memória, cita como primeiro elemento os acontecimentos, podendo estes serem vivenciados individualmente ou coletivamente. Os acontecimentos vivenciados coletivamente o autor nomeia como *acontecimentos vividos por tabela*.

Lori Jeismann tinha menos de cinco anos quando ocorreram os episódios de violência étnica a que nos referimos anteriormente. Portanto, quando questionada sobre o assunto, notamos que suas lembranças são de acontecimentos vivenciados pela família, ou contados pela sua mãe:



[...] acontecimentos que eu chamaria de "vivididos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa **memória quase que herdada** (POLLAK, 1992, p. 202, grifo meu).

Dito isto, partiremos para análise da entrevista. A primeira questão que formulei a Lori foi sobre a origem de seus pais. Segundo ela, sua mãe era brasileira nascida em Canguçu, mas de descendência espanhola, já o seu pai era alemão, nascido na cidade de Berlim. Sobre a vinda de Carlos Jeismann para o Brasil, Lori nos conta que seu pai veio para o Brasil em companhia de um casal de amigos, que vinham a passeio.

Eles desembarcaram aqui em Rio Grande, no porto, mas foram para Pelotas porque **a maior parte dos alemães era em Pelotas**, então ele seguiu junto com os amigos para Pelotas, **e lá encontrou vários alemães, fez várias amizades conseguiu um emprego e tudo mais**, e isso é o que eu sei né (JEISMANN, 2013, p. 3, grifo meu).

Os grifos colocados na citação servem para destacar a nítida referência ao grupo étnico no qual Carlos Jeismann se inseriu ao chegar à cidade de Pelotas. Segundo a narrativa de Lori, seu pai recusou uma oferta de emprego em Rio Grande, escolhendo estabelecer-se em Pelotas, uma vez que ali havia uma forte comunidade germânica.

Esses grupos étnicos estabeleciam fronteiras, no entanto, essas fronteiras eram permeáveis, exemplo disso é o casamento interétnico de Carlos Jeismann e Catonina Goulart. Desta forma, observando a permeabilidade dessa fronteira, podemos dizer que os sujeitos que estamos analisando apresentam uma cultura híbrida, conforme explica Stuart Hall: “Eles são o produto das *novas diásporas* criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (HALL, 2002, p. 88).

Para o autor, esses sujeitos que possuem uma cultura híbrida são produtos da pós-modernidade, em que a globalização fragmentou as identidades. Porém, no caso analisado,



mesmo não se inserindo na pós-modernidade, encontramos, em certa medida, uma pluralidade cultural no sujeito em questão.

Dando continuidade à análise da narrativa, Lori conta que Carlos Jeismann nunca escondeu da família a vontade de voltar a sua terra natal, uma vez que não viera para o Brasil com a intenção de permanecer por muito tempo. Mas, segundo Lori, “ele conheceu a mãe e se envolveu, e depois viemos nós, os filhos. Mas nunca deixou de querer voltar, dizia que ia deixar nós crescermos mais um pouquinho” (JEISMANN, 2013, p. 2).

Além disso, Carlos ensinava a língua alemã para a mulher e os filhos, pois, segundo Lori, ele dizia que a família iria precisar saber se comunicar em alemão quando eles fossem embora para Alemanha.

Carlos Jeismann, ao vir para o Brasil, deixou na Alemanha sua mãe e seus irmãos, mas nunca perdeu o contato com seus familiares. A comunicação acontecia por meio de cartas, porém, com o começo da Segunda Guerra Mundial, a troca de cartas com os familiares na Alemanha ficou mais difícil, uma vez que muitas não chegavam ao seu destino. Com a morte de Carlos, em 1943, a família perdeu totalmente o contato com os parentes da Alemanha, tendo em vista que nem Catonina nem seus filhos sabiam escrever e ler em alemão, pois Carlos tinha lhes havia ensinado apenas palavras básicas.<sup>6</sup>

Tudo isso não significava que Carlos Jeismann não cultivasse uma grande amizade com a família de Catonina, sua esposa. Segundo Lori: “O meu pai se dava muito bem com a família da minha mãe, e eles eram brasileiros também, [...] o meu tio que ensinou o que ele sabia era brasileiro”<sup>7</sup> (JEISMANN, 2013, p. 6).

Nas primeiras lembranças narradas por Lori, está presente o “quebra-quebra” de agosto de 1942, em que o tio, com receio, levou a bandeira do Brasil para Carlos Jeismann:

[...] o tio que era casado com uma irmã da minha mãe, e estava no exército na época, ficou com medo que chegassem lá em casa, daí ele levou a bandeira brasileira para o meu pai se envolver junto com nós, para verem que nós éramos brasileiros, mas não chegaram na nossa casa (JEISMANN, 2013, p. 2).

---

<sup>6</sup> A família Jeismann do Brasil, só conseguiu estabelecer contato novamente com a família Jeismann da Alemanha depois que Lori já estava casada e com filhos, pois foi seu filho mais velho, atendendo a pedido de sua mãe Lori, que escreveu uma carta ao consulado alemão em Porto Alegre, para encontrar a família na Alemanha.

<sup>7</sup> Está se referindo à língua portuguesa.





Além da recordação do tio levando a bandeira para seu pai, Lori relembra dos comentários que sua mãe fazia sobre uma das famílias mais afetadas pela violência contra os imigrantes, em agosto de 1942, na cidade de Pelotas:

[...] a mãe conta que fizeram ali naquele bairro que a gente morava, tinha os Treptow, não sei se tu conhece na tua pesquisa, os Treptow. Eles foram muito castigados, porque eles tinham bens, e tinha filhos estudando medicina e tudo mais, a minha mãe contava que foi uma coisa mais triste, queimaram os livros deles, botaram fogo na casa, eles tinham cavalo, os cavalos saíram sem rumo por causa do fogo, perderam tudo, e eram gente que estavam bem, e a mãe sempre contava que foi uma judiaria.

Após o falecimento de Carlos Jeismann, em 18 de julho de 1943, segundo Lori, a família enfrentou tempos difíceis. No primeiro ano após o falecimento de Carlos, a família vivia com o dinheiro que Catonina ganhava costurando para os vizinhos, porém não obteve sucesso, pois as pessoas não pagavam pelos serviços. Foi então que a viúva e seus três filhos alugaram a casa em que moravam em Pelotas, e se mudaram para cidade de Rio Grande.

[...] tu sabe que a mãe teve que morar em duas peças, uma senhora, a dona Ema alugava a casa dela, ela ocupava a parte da frente e alugava os fundos, então a mãe pegou as duas peças, uma cozinha e um quarto para nós, então a mãe ficou muito tempo com a dona Ema, a mãe gostava dela que nem sei, e a dona Ema gostava da minha mãe. A mãe trabalhava na Rheingantz, fazia cerão, costurava e ainda fazia doces pra fora, [...] fazia as “rapadurinhas”, fazia merengues, bolos com coberturas, tudo com aqueles “infetizinhos”, e vendia as fatias. Eu ajudava ela a bater, a virar as “rapadurinhas”, tudo em forminhas assim, eu tenho essas forminhas até hoje, eu untava as forminhas, tinha que engordurar elas, né, pra não pegar, a mãe servia cada forminha deixava esfriar um pouco e depois tinha que virar elas e bater, e ela fazia um montinho assim de cinco “rapadurinhas” uma encima da outra, tantos réis cada uma. E a mãe me ensinava a fazer o rolinho, fazia direitinho enrolava as pontinhas e a mãe já levava para o serviço aquele prato nos braços e a garrafa de café chiado em uma mão, o bolo na outra mão, coitada da mãe (JEISMANN, 2013, p. 8).

Desta forma, podemos perceber que a família, após o falecimento de Carlos Jeismann, passou por muitas dificuldades financeiras, tendo em vista que os atrasados que a empresa norte-americana devia a Carlos Jeismann foram pagos apenas com a conclusão do processo trabalhista, no final de 1944. Atualmente Lori aos 75 anos, mora em Rio Grande, tem dois filhos Arthur Jeismann, e Carlos Jeismann Neto.

## Conclusão

O processo trabalhista envolvendo os nove imigrantes contra a empresa The Riograndense Light and Power, em análise já realizada em trabalhos anteriores, nos dá uma dimensão dos novos conflitos trabalhistas que o estado de guerra estava gerando, e a ambiguidade da Lei 62 de 1935<sup>8</sup>, a qual era utilizada tanto pela defesa quanto pela acusação.

Porém, a entrevista com os filhos dos imigrantes nos traz a dimensão das tensões criadas em Pelotas, após a divulgação das notícias do naufrágio dos navios brasileiros e o medo e o pavor que se espalhou entre os imigrantes. Além disso, foi através da entrevista com Lori que conseguimos compreender várias questões de que o processo trabalhista não dá conta, como: qual era a relação de Carlos Jeismann com a família de sua esposa? que levou Carlos a se estabelecer em Pelotas, se ele mantinha contato com os familiares que ficaram na Alemanha? suas ambições e em que situação ficou a família após seu falecimento?

Concluindo, após a análise da entrevista, notamos que Carlos Jeismann era um imigrante alemão que nunca esqueceu sua terra natal, no entanto, ao chegar à cidade de Pelotas, acabou se inserindo em um grupo étnico. Mas, observamos também a existência de relações interétnicas, uma vez que Carlos aprendeu a língua portuguesa e casou com uma brasileira, ou seja, se adaptou à cultura local, mas não esqueceu a cultura alemã, desta forma estabeleceu uma identidade híbrida.

## Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNAT, Jocelyne. Teoria da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.

FACHEL, José P. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul**. 2002. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica – RS, Porto Alegre, 2002.

GERALDO, Endrica. Trabalhadores Estrangeiros em Tempos de Guerra. **Perseu**, n. 2, Ano 2, p. 180-202, 2008.

GERTZ, René E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: EDIUPF, 2005.

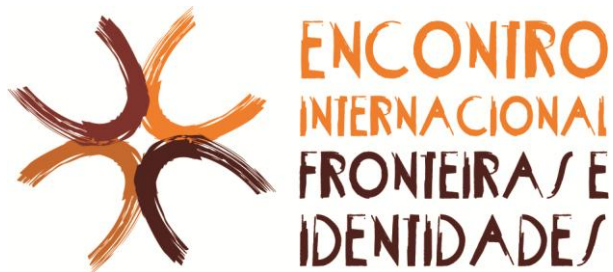
POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

---

<sup>8</sup> Lei referente à estabilidade dos funcionários.





KONRAD, Glaucia. **Trabalhadores do Brasil !!! Esforços e Resistências Diante da Segunda Guerra Mundial.** In: SILVA, Francisco; SCHURSTER, Karl; LPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERREIRA, Jorge. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 565-594.

ROCHA, Sabrina Santos da. Inversão do papel dos alemães e descendentes na sociedade pelotense em agosto de 1924. 2002. Trabalho de conclusão de curso (História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2002.

**Fontes:**

Processo da Justiça do Trabalho de Pelotas, n. 213-B, 1941. Disponível em CD-Room, <<Processos Trabalhistas de Pelotas/RS (1935-1957).>>.

JEISMANN, Lori. Entrevista realizada dia 10 de agosto de 2013.